



SMBC BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2017**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujo lucro acumulado no exercício foi de R\$ 55.613 (R\$ 65.410 em 31 de dezembro de 2016), os ativos totais, R\$ 6.608.681 (R\$ 7.315.633 em 31 de dezembro de 2016) e a carteira de crédito R\$ 1.927.687 (R\$ 2.443.425 em 31 de dezembro de 2016). Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 16 de março de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Ativo	Nota explicativa	2017	2016
Disponibilidades		5.209.968	4.202.449
Aplicações interfinanceiras de liquidez		31.275	11.898
Aplicações no mercado aberto	5	2.046.396	2.475.604
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.715.224	2.425.408
Aplicações em moeda estrangeira		83.052	1.307
Aplicações em moeda estrangeira		248.120	48.889
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		972.516	37.739
Carteira própria	6.a	172.625	21.618
Vinculados a Operações Compromissadas		218.304	-
Vinculados à prestação de garantias	6.d	582.751	16.121
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	836	621.169
Relações interfinanceiras		566.569	621.169
Créditos vinculados		566.569	621.169
Depósitos no Banco Central		566.569	621.169
Repasses interfinanceiros	7	561.398	617.215
Correspondentes no país		13	-
Operações de crédito		1.158.132	685.061
Setor privado		1.168.899	689.655
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.767)	(4.594)
Outros créditos		432.297	369.871
Carteira de câmbio	9	420.266	351.703
Rendas a receber		2.257	1.656
Negociação e intermediação de valores		635	4.075
Diversos	10	9.575	24.992
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(436)	(22.555)
Outros valores e bens		783	1.107
Despesas antecipadas		742	871
Material em estoque		41	36
Realizável a longo prazo		1.392.800	3.105.735
Aplicações interfinanceiras de liquidez		329.425	384.245
Aplicações em depósitos interfinanceiros		329.425	384.245
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		444.360	1.007.859
Carteira própria	6.a	346.248	196.740
Vinculados à prestação de garantias	6.d	52.599	763.782
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	45.513	47.337
Relações interfinanceiras		64.479	113.396
Repasses interfinanceiros	7	64.479	113.396
Operações de crédito		492.678	1.546.621
Setor privado		493.981	1.546.621
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.303)	-
Outros créditos		61.290	53.507
Diversos	10	61.290	53.507
Outros valores e bens		568	107
Despesas antecipadas		591,3	744,9
Investimentos		122	122
Outros investimentos no país		122	122
Imobilizado de uso		3.506	4.603
Outras imobilizações de uso		9.433	9.318
Outras imobilizações acumuladas		(5.927)	(4.711)
Intangível		2.285	2.719
Ativos Intangíveis		11.003	10.960
Amortizações acumuladas		(8.718)	(8.241)
Total do ativo		6.608.681	7.315.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota explicativa	2017	2016
Circulante		3.753.392	3.963.751
Depósitos		2.158.562	2.158.077
Depósitos à vista		78.239	45.493
Depósitos em prazo		2.080.320	2.112.584
Depósitos em moeda estrangeira		3	-
Captações no mercado aberto		218.092	20.408
Carteira própria		218.092	-
Carteira de terceiros		-	20.408
Relações Interfinanceiras		-	-
Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	-
Relações Interfinanceiras		50.876	24.133
Recursos em trânsito de terceiros		50.876	24.133
Obrigações por repasses do exterior		433.666	403.674
Empréstimos no exterior	15.a	433.666	403.674
Obrigações por repasses no país		97.133	97.133
BNDES/Exim		97.133	97.133
Repasses no país - BNDES/FINAME	15.b	570.236	941.765
Obrigações por repasses do exterior		570.236	941.765
Repasses do exterior	6.b	37.730	8.227
Instrumentos financeiros derivativos		37.730	8.227
Instrumentos financeiros derivativos		264.726	310.334
Outras obrigações		336	329
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	9	147.914	174.178
Carteira de câmbio	18.b	37.686	53.536
Sociais e estatutárias	16.a	43.418	44.705
Fiscais e previdenciárias		3.365	19.564
Negociação e intermediação de valores	16.c	3.681	3.254
Dividas subordinadas	16.b	28.326	14.768
Diversos	15.a	1.952.313	2.513.912
Exigível a longo prazo		-	276.747
Obrigações por empréstimos		-	276.747
Empréstimos no exterior	15.c	7.090	7.090
BNDES/Exim		7.090	7.090
Repasses no país - BNDES/FINAME	15.b	1.108.041	1.418.019
Obrigações por repasses do exterior		1.108.041	1.418.019
Repasses do exterior	6.b	128.640	117.427
Instrumentos financeiros derivativos		128.640	117.427
Instrumentos financeiros derivativos		708.542	694.629
Outras obrigações		12.760	12.165
Fiscais e previdenciárias	16.a	661.600	651.820
Dividas subordinadas	16.c	34.182	30.644
Diversos	16.b	4.082	3.549
Resultado de exercícios futuros		4.082	3.549
Resultados de exercícios futuros		4.082	3.549
Patrimônio líquido		898.894	834.421
Capital Social	18	758.819	706.992
De domiciliados no país		2	2
De domiciliados no exterior		758.817	706.990
Reservas de Lucros		144.715	128.125
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	6.a	(70)	(462)
Ajuste Passivos Atuariais	24	(5.322)	(234)
Ajuste variação cambial investimento no exterior		752	-
Lucros (Prejuízos) acumulados		6.608.681	7.315.633
Total do passivo		6.608.681	7.315.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Receitas da intermediação financeira		176.020	438.639	298.413
Resultado de crédito	20.a	171.584	160.218	253.148
Operações de operações com títulos e valores mobiliários	20.b	161.406	365.195	342.363
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	20.c	(47.165)	(94.975)	(254.992)
Resultado de operações de câmbio	20.d	(9.805)	8.201	(42.106)
Despesas da intermediação financeira		(112.326)	(293.406)	(364.701)
Operações de captação no mercado	20.e	(96.919)	(218.246)	(247.529)
Operações de empréstimos e repasses	20.f	(38.626)	(89.803)	(96.772)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.e	23.219	14.643	(20.400)
Resultado bruto da intermediação financeira		63.694	145.233	(66.288)
Outras receitas (despesas) operacionais		(28.369)	(62.617)	155.027
Receitas de prestação de serviços	20.g	15.159	30.942	19.170
Despesas de pessoal	20.h	(19.278)	(56.921)	(52.345)
Outras despesas administrativas	20.i	(27.430)	(32.763)	(25.339)
Despesas tributárias	20.j	(5.139)	(11.187)	(10.124)
Outras receitas operacionais	20.k	13.421	23.131	451.545
Outras despesas operacionais	20.l	(5.102)	(15.819)	(227.774)
Resultado operacional		35.325	82.616	88.739
Resultado não operacional		(172)	(148)	47
Resultado antes da tributação		35.153	82.468	88.786
Imposto de renda e contribuição social		2.906	(24.768)	(21.923)
Imposto de Renda	19	(19)	(10.200)	(9.426)
Contribuição Social		(119)	(8.171)	(7.676)
Ativo Diferido Fiscal		3.133	(6.397)	(4.821)
Participações estatutárias		(1.266)	(2.087)	(1.453)
Lucro líquido do semestre/exercício		36.882	55.613	65.410
Juros sobre capital próprio		40.000	40.000	59.231
Quantidade de ações		758.820	758.820	706.992
Lucro por lote de mil ações - R\$		48.60	73.29	92.52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

		Banco		
		2017	Exercício	2016
Fluxo de caixa de atividades operacionais		35.153	82.467	88.786
Lucro líquido no semestre/exercícios antes da tributação e das participações		35.153	82.467	88.786
Ajustes inclusivos que não afetam o fluxo de caixa:				
Deflação nas mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(4.461)	(5.165)	31.550
Exercícios e amortizações		1.047	1.894	1.587
Provisão (reversão) para contingências		1.457	1.534	4.733
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(23.242)	(14.643)	20.400
Provisão (reversão) para garantias		(2.016)	2.287	1.438
Provisão (reversão) para repasses interfinanceiros		936	(198)	(15)
Participações estatutárias		(1.266)	(2.087)	(1.453)
Lucro líquido do semestre/exercício		2.995	(24.768)	(21.923)
Juros sobre capital próprio		5.022	(4.779)	(442)
Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro		5.981	35.542	124.661
Variação de ativos e passivos:				
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		283.690	(6.517)	(232.145)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(334.590)	(390.171)	(359.739)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		(253.000)	103.742	714.306
(Aumento) Redução em operações de crédito		248.179	573.395	638.981
(Aumento) Redução em outros créditos		(35.416)	(46.259)	506.536
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(321)	(137)	425
(Aumento) Redução em depósitos		(148.570)	484	365.506
(Aumento) Redução em aplicações no mercado aberto		76.713	197.684	(73.842)
(Aumento) Redução em relações interdependências		3.335	26.743	1.497
(Aumento) Redução em outras obrigações		17.760	(69.955)	(168.391)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		25.284	55.198	(36.159)
(Aumento) Redução em resultados de exercícios futuros		374	533	71
(Aumento) Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(462.234)	(1.005.891)	(742.277)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.946)	(12.200)	(12.223)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		(577.161)	(538.209)	727.207
Fluxos de caixa das atividades de investimento:				
Alienação/aquisição de imobilizado de uso (-)		(101)	(115)	2.517
Aplicações no intangível (-)		(43)	(43)	(1.976)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		(144)	(158)	541
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
(Aumento) Redução) instrumentos de dívida subordinada elegíveis a capital		259	10.207	(128.778)
Juros sobre capital próprio		-	51.827	59.231
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		259	62.034	(69.547)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(577.046)	(476.333)	658.201
Disponibilidades		24.241	11.898	102.502
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.542.963	2.453.889	1.736.634
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercícios		2.567.204	2.465.787	1.839.136
Disponibilidades		31.275	11.898	11.898
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.963.344	1.963.344	2.453.889
Efeito nas mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		4.461	5.165	(31.550)
Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre/exercícios		1.994.619	1.994.619	2.465.787
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(577.046)	(476.333)	658.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017

	Nota explicativa	Capital realizado	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		667.806	6.098	115.848	(492)	789.498
Aumento Capital		39.186	-	-	-	39.186
Reversão de Reservas		-	-	-	-	-
Dividendos não distribuídos		-	-	5.223	-	5.223
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	30	-	30
Ajuste passivos atuariais		-	-	(472)	-	(472)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	65.410	65.410
Reserva legal	18.c	-	308	-	(308)	-
Reserva estatutária	18.d	-	-	648	-	648
Juros Capital Próprio						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
e. Operações de captação no mercado		
Despesas com depósitos a prazo	(206.865)	(233.590)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(45)	(2.067)
Despesas com operações compromissadas	(7.884)	(9.073)
Despesas com contribuição ao fundo garantidor de crédito	(3.452)	(2.799)
Total	(218.246)	(247.529)
f. Operações de empréstimos e repasses		
Despesas com repasses do BNDES	(7.437)	(7.518)
Despesas com empréstimos e repasses no exterior	(63.644)	(73.690)
Despesas com dívida subordinada	(18.722)	(15.564)
Total	(89.803)	(96.772)
g. Receita de prestação de serviços		
Receitas de tarifas e serviços	6.837	333
Receitas de intermediação de negócios (vide nota explicativa 21a)	5.919	6.182
Rendas de garantias prestadas	18.186	12.655
Total	30.942	19.170
h. Despesas de pessoal		
Proventos	(32.589)	(30.019)
Encargos sociais	(11.738)	(10.888)
Benefícios	(7.803)	(7.005)
Honorários da Administração	(4.800)	(4.322)
Treinamento	(211)	(217)
Total	(56.921)	(52.451)
i. Outras despesas administrativas		
Despesas com aluguel	(5.430)	(6.642)
Despesas de processamento de dados	(9.409)	(6.322)
Despesas com serviços técnicos especializados	(3.558)	(3.716)
Despesas de comunicação	(3.531)	(2.909)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(1.012)	(663)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(487)	(449)
Despesas com serviços de vigilância e segurança	(526)	(494)
Despesas de transporte	(151)	(174)
Despesas de material	(160)	(138)
Despesas de água, energia e gás	(218)	(242)
Despesas com serviços de terceiros	(840)	(722)
Despesas de propaganda e publicidade	(244)	(7)
Despesas de seguros	(205)	(228)
Despesas de promoções e relações públicas	(64)	(72)
Despesas de contribuições filantrópicas	(101)	(220)
Despesas de amortização e depreciação	(1.694)	(1.587)
Outras despesas administrativas (*)	(5.333)	(754)
Total	(32.763)	(25.329)
(*) A despesa mais significativa está relacionada a aplicação de multa por parte do BACEN em função de cancelamento de adiantamento de contrato de câmbio no montante de R\$ 3.314 em dezembro de 2017.		
j. Despesas tributárias		
COFINS	(7.684)	(7.516)
ISS	(1.753)	(1.056)
PIS	(1.249)	(1.222)
Outros	(501)	(325)
Total	(11.187)	(10.124)
k. Outras receitas operacionais		
Varição cambial empréstimos do exterior (*)	932	97.245
Varição cambial repasses do exterior (*)	3.825	178.918
Varição cambial repasses do exterior - interfinanceiros (*)	5.072	164.247
Varição cambial depósitos exterior	-	471
Varição cambial investimentos no exterior	-	930
Reversão de provisões operacionais - passivos contingentes	3.201	2.601
Reversão de provisões operacionais - outras	295	-
Taxa de administração de fundos de investimento	2.284	2.219
Atualização depósitos judiciais	1.234	2.071
Recuperação de encargos e despesas	2.541	2.774
Outros	3.747	69
Total	23.131	451.545
(*) Resultante da variação PTAX de 31 de dezembro de 2015, R\$ 3.904,2, para PTAX de 31 de dezembro de 2016, R\$ 3,2585.		
l. Outras despesas operacionais		
Varição cambial negativa operações repasses interfinanceiros (*)	(5.171)	(164.247)
Varição cambial negativa operações de empréstimos (*)	-	(19.299)
Varição cambial negativa operações de financiamentos em ME (*)	(150)	(3.518)
Varição cambial negativa investimentos no exterior (*)	-	(12.959)
Varição cambial negativa de disponibilidades	-	(19.557)
Provisões Garantias Prestadas	(6.025)	(1.127)
Despesas com provisões operacionais - passivos contingentes	(1.658)	(3.484)
Atualização monetária de provisões (fiscal, cível e trabalhista)	(2.714)	(1.248)
Outras	(101)	(2.335)
Total	(15.819)	(227.774)
m. Resultado não operacional		
Outras receitas não operacionais	52	47
Outras despesas não operacionais	(200)	-
Total	(148)	47

21. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com controladores (diretas e indiretas)
 Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	Ativo/(passivo)	Receita/(despesa)
	2017	2016
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	19.293	11.672
Aplicações em moeda estrangeira no exterior	248.120	48.889
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios-vide (nota explicativa nº 20.g)	-	-
Obrigações por empréstimos no exterior	(433.665)	(680.421)
Obrigações por repasses do exterior	(1.646.037)	(2.300.593)
Dívida subordinada	(665.281)	(655.074)
Total	(2.477.570)	(3.575.527)

b. Remuneração do pessoal - chave da Administração: Para atendimento da Resolução nº 3.750/09 do Banco Central e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido como pessoal chave dessa instituição, todos os membros que compõem o Estatuto. O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Na última reforma estatutária ocorrida em abril de 2016, foi fixado o valor mensal máximo global de R\$ 500 para remuneração dos diretores (proventos).

	2017	2016
Proventos	4.580	4.108
Remuneração variável	1.937	3.227
Contribuições ao INSS/FGTS	1.418	2.083
Total	7.935	9.418

Benefícios pós emprego: De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Banco (nota explicativa nº 24). O Banco não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal - chave da Administração. **c. Outras informações:** Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos para: i. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, físicos e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; ii. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e iii. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes de 2º grau. Com base nisso, não são e não foram efetuados pelo Banco, empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares. Os membros da Diretoria, não possuem qualquer participação acionária no Banco.

DIRETORIA

22. LIMITES OPERACIONAIS: ÍNDICE DA BASILÉIA

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos

	31/12/2017	31/12/2016
Ponderados, conforme segue:	4.537.114	5.027.472
Risco de Crédito	489.568	338.842
Risco de Mercado	320.560	290.938
Risco Operacional	5.347.242	5.657.252
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	1.828	894
Parcela Rban	1.828	894
Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR)	1.532.329	1.434.412
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*10,50%)	561.460	558.654
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	970.869	875.758
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	28,66	25,36
*O percentual mínimo exigido para patrimônio de referência de 2017 é de 10,50% (2016 - 9,875%).		

23. GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES POR CRÉDITOS ABERTOS PARA IMPORTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as fianças prestadas pelo Banco totalizam:

	2017	2016
No País	1.577.779	1.593.549
No exterior	57.873	43.541
Total	1.635.652	1.637.090

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía saldo de R\$ 3.362 na rubrica de responsabilidade por créditos para importação (R\$ 1.404 em 2016). O Banco efetuou provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução 4.512/16 do CMN e a Carta Circular 3.782/16, os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 4.009 (R\$ 1.722 em 2016)

(*) As práticas adotadas pelo Banco, para fins de constituição da provisão para operações com garantias e fianças prestadas estão descritas na nota explicativa nº 3 "Principais práticas contábeis", item "e".

24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO PATROCINADOS

O ex-igível atuarial da Entidade foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir. A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido. **a. Plano de Aposentadoria:** O Banco é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pensão e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo "benefício definido". No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento. Em 31 de dezembro de 2017, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

Descrição	Plano de Aposentadoria	
	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações atuariais	47.619	45.114
Valor justo dos ativos do plano	(50.106)	(46.027)
Déficit/(Superávit) para planos cobertos	(2.487)	(913)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Ajustes por diferimentos permitidos	-	-
Efeito do limite de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	2.487	913
Passivo (ativo) atuarial líquido	-	-
Premissas atuariais:		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	10,25% a.a.	11,30% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,64% a.a.	8,15% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,30% a.a.	5,30% a.a.
Índice estimado de inflação	4,50% a.a.	5,00% a.a.
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua Biométrica de entrada em invalidez	Tábua "Mercer"	Tábua "Mercer"
Taxa de rotatividade esperada	0,30/(tempo de serviço +1)	0,30/(tempo de serviço +1)
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	à aposentadoria antecipada;	
	3% entre a 1ª elegibilidade	
	à aposentadoria antecipada e normal;	
	100% na data de elegibilidade	
	à aposentadoria normal.	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco efetuou contribuições à Sociedade de Previdência Privada mencionada anteriormente, no valor de R\$ 3.675 (R\$ 2.265 em 2016). **Análise de Sensibilidade:** O valor presente da obrigação atuarial é sensível a variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10,00% aa):

	Análise de Sensibilidade
	31/12/2017
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	1.605
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(1.518)
Impacto na Duration média da Obrigação de Benefício Definido (em anos)	
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	13,97
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	13,69

b. Plano de Saúde

Até novembro de 2017, o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de expressão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos gerentes e desligados da empresa, nos termos dos Artigo 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998. As contribuições para o plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2017	31/12/2016
Passivo (Ativo) atuarial líquido	8.914	8.914
Total	8.914	8.914
Premissas atuariais/Hipóteses Atuariais		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	10,25% a.a.	
Índice estimado de inflação	4,50% a.a.	
Tábua Biométrica de Rotatividade	0,15/(Tempo de Serviço) + 1	
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e desagregada em 10%	
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Decrescendo de 10,25% a.a. a 5,55% a.a.	
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)	
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100%	
Fator de Idade (Aging Factor)	Desligamento: 100%	
Composição Familiar - Ativos	3,00% (por ano - idade)	
Diferença de Idade Titular/Cônjuge	90% Casados	
Composição Familiar Aposentados	4 anos	
Em 31 de dezembro de 2017, a entidade tem 32 participantes os quais já contam mais de 10 anos de contribuição e poderão ter o direito vitalício, em caso de aposentadoria.	Família Real	

25. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL, RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO E DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL
Risco operacional: Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal. A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional da instituição estabelecida e aprovada pela Diretoria da instituição, no mínimo anualmente, nos moldes da Resolução nº 3.380/2006,

se reportando diretamente à Diretoria da Instituição. É importante ferramenta para o gerenciamento eficaz do capital econômico e regulatório da instituição. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referidos à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. O Gerenciamento de Risco Operacional do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Banco, propondo assumir uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticas e estratégicas entre as áreas de negócios e a área de Gestão de Risco Operacional, possibilitando a coordenação e cooperação de todos do Banco na redução de perdas operacionais e duplicidade nas atividades. Neste modelo de gestão a área de Gestão de Risco Operacional é responsável por:

iv. Definir a estrutura, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional; v. Efetuar testes periódicos e independentes dos controles dos riscos identificados; vi. Elaborar relatórios periódicos; vii. Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos na Instituição; viii. Consolidar e monitorar as perdas ocorridas na instituição. A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria nessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas traçados e a segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas com o Banco. Com relação ao cálculo de requerimento de capital para Risco Operacional, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA". As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional da Instituição, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. **Riscos de Mercado e Liquidez:** O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços, índices e taxas sobre os descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado. O Risco de Liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado, liquidez e de crédito, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos Limites para posições, dividido em Limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de Limites/Diretrizes para "Stop Loss". Além disso, o Departamento de Gerenciamento de Risco monitora o risco de mercado também através da metodologia de Value at Risk (VAR) paramétrico e testes de estresse. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução nº 3.464/2007 e Resolução nº 4.090/2015, sendo aprovada e revisada no mínimo, anualmente, pela Diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. tem implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da Diretoria, e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Mercado e Liquidez da Instituição constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas. **Risco de crédito:** O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Risco de Crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o Risco de Mercado e de Liquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do Risco de Crédito e podem se manifestar simultaneamente. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implementada nos moldes da Resolução nº 3.721/2009, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente, pela Diretoria da Instituição. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está implementada de forma a manter as políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à Diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria do Banco. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito da Instituição, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. **Gerenciamento de capital:** O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução nº 3.988, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente, pela Diretoria da Instituição. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes da instituição de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos. O Banco no intuito de adotar uma postura prospectiva, e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de Novos Produtos e Serviços, com a participação permanente do Departamento de Gerenciamento de Riscos, onde é feita uma análise do produto/e ou serviço antes de sua implantação no Instituto. O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2015. O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente, e em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar tratamento adequado à adequação de capital. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Capital constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas.

26. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS
 A partir de 1º de janeiro de 2018 é obrigatório no Brasil a adoção do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, porém tal pronunciamento ainda não foi homologado pelo Banco Central do Brasil não sendo adotado pelas instituições financeiras na elaboração e apresentação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Por meio de consultas públicas ao mercado financeiro, o Banco Central do Brasil está medindo esforços no sentido de convergência da regulação contábil aplicável ao Sistema Financeiro Nacional indo em encontro a adoção do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, porém tendo em vista a complexidade do assunto tratado pelo pronunciamento, o processo está subdividido em 3 etapas as quais irão tratar dos temas de critérios relativos à provisão para perdas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros, contabilidade de instrumentos destinados a hedge, apresentação e evidenciamento de instrumentos financeiros. Até o momento o Banco Central realizou as seguintes consultas públicas: - Consulta Pública 54/2017 - Divulga proposta de resolução que dispõe sobre os critérios contábeis para a classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Data final da consulta em 01/12/2017); - Consulta Pública 60/2018 - Divulga propostas de atos normativos dispostos sobre critérios contábeis para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Data final da consulta em 27/04/2018). Ambas as consultas propõem a vigência dos novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Após análises preliminares, o Banco considera como maiores desafios para adoção dos novos pronunciamentos: (i) avaliação do impacto sobre as demonstrações financeiras, bem como sobre modelos, dos, sistemas, processos, controles e governança; (ii) avaliação sobre o